

DOI 10.5216/ag.v4i11.11959

## MIGRAÇÃO E CIDADES MÉDIAS: uma análise de Uberlândia

*MIGRATION AND MEDIUM-SIZED CITIES: an analysis of Uberlândia*

*MIGRACIÓN Y CIUDADES DE TAMAÑO MEDIO: un análisis de  
Uberlândia*

Karla Rosário Brumes

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade  
Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus de Irati  
Rua Coronel Grácia, 508, ap. 2, Centro  
Irati/PR Brasil - CEP: 84500-000  
E-mail: kbrumes@hotmail.com

Márcia da Silva

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade  
Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Campus de Guarapuava  
Rua Afonso Botelho, 1955, Bairro Santa Cruz  
Guarapuava/PR Brasil - CEP: 85015-000  
E-mail: smarcias@superig.com.br

### Resumo

A questão migratória tem sido integrada aos discursos teóricos como importante condicionante na análise das dinâmicas das sociedades. A inserção de migrantes em muitas localidades se dá em função de características estruturais internas, como é o caso Uberlândia-MG, que há algum tempo recebe processos migratórios. O objetivo principal deste estudo é o de relacionar migrações e cidades médias, a fim de apresentar a importância de componentes demográficos na organização de espaços urbanos. A metodologia privilegiou a análise de teorias que, posteriormente, foram interpretadas à luz dos dados estatísticos sobre migração e também relacionadas com dados sobre os anos de crescimento econômico da cidade. Tais procedimentos permitiram-nos concluir que a organização de uma cidade média, normalmente destino de migrantes de forma intensa, não pode ter sua lógica urbana definida sem que toda a inserção migratória seja considerada, quer no aspecto econômico (geração ou não de empregos), quer no social (moradias e escolas), por exemplo. No contexto das cidades médias, estudar a inserção dos fluxos migratórios é importante visto que eles têm conteúdos significativos para a organização de tais cidades.

**Palavras-chave:** estrutura urbana; migração; cidades médias; Uberlândia.

### Abstract



The migratory question has been integrated to the theoretical speeches as important condicionante in the analysis of the dynamic of the societies. The insertion of migrants in many localities is given in function of internal structural characteristics, as in Uberlândia-MG case, which in some moments receives migratory processes. The main objective of this study is to relate average migrations and cities, in order to present the importance of demographic components in the organization of urban spaces. The methodology privileged the analysis of theories that, later, had been interpreted in the light of the statistical data on migration, and also related with historical data of economic growth of the city. Such procedures allowed us to conclude that the organization of an average city, destination of migrants of intense form, can not have its definitive urban logic without all the migratory insertion considered, either by economic aspects (generation or not of jobs) or by the social benefits (housings and schools), for example. In the context of the average cities, study the insertion of the migratory flows is important since they have significant contents for the organization of such locations.

**Key-words:** urban structure; migration; medium-sized cities; Uberlândia.

### Resumen

La pregunta migratoria se ha integrado a los discursos teóricos como condicionante importante en el análisis del dinámico de las sociedades. La inserción de migrantes en muchos lugares, mucha si de el que está en función de características estructurales internas, como es Uberlândia-MG el caso, que tiene cierta hora recibe los procesos migratorios. El objetivo de este texto, así, es relacionar las migraciones medias y las ciudades, para presentar a la importancia de componentes demográficos en la organización de espacios urbanos. La metodología privilegió el análisis de las teorías que, más adelante, habían sido interpretadas la luz de los datos estadísticos sobre la migración que también habían sido relacionados con datos sobre los años del desarrollo económico de la ciudad. Tales procedimientos permitir-en concluirlos que la organización de una ciudad media que sea destinación de migrantes de la forma intensa, no puede tener su lógica urbana definida sin toda la inserción migratoria se consideran, desean en el aspecto económico (generación o no de trabajos), desean en el social (las cubiertas y las escuelas), por ejemplo. En el contexto de las ciudades medias, estudiar la inserción de los flujos migratorios es importante puesto que tienen contenido significativo para la organización de tales ciudades.

**Palabras clave:** estructura urbana; migración, las ciudades de tamaño mediano; Uberlândia.

### Introdução

Entender as mudanças provocadas pela inserção de populações em determinados lugares, demonstrando a alteração da dinâmica dos mesmos e as formas como essas transformações ocorrem deve ser um dos objetos de estudo da Geografia. Isso se explica pela necessidade de se observar o que foi modificado tanto no local de chegada como no



de origem, por exemplo, assegurando a esta área do conhecimento um campo de investigação amplo que lhe permita entender as migrações para além de dados quantitativos ou estatísticos.

Segundo Damiani (1999, p. 62),

[...] os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a Antiguidade até os nossos dias. O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações. Considera-se desde migrações intercontinentais, detendo-se especialmente, pelo seu volume, na emigração europeia, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, até as migrações a curta e média distâncias, mais frequentes. Max Sorre fala da europeização do ecúmeno desde o século XVI.

As várias discussões acerca do conceito de migrações internas no Brasil é complexa e dificulta uma melhor compreensão deste fenômeno, uma vez que é notória a forte relação desses movimentos com as grandes mudanças apresentadas na estrutura econômica do país.

A forte influência da redistribuição da população brasileira permitiu que várias áreas competitivas surgissem no país, como aquelas vinculadas à cidades médias, como Uberlândia. No que concerne às atividades sociais, estas são cada vez mais complexas, já que o sentido econômico predominante faz do espaço objeto, produto e mercadoria, relevando o sentido deste como prática social.

As cidades médias brasileiras, ao longo das últimas décadas, especialmente entre os anos de 1990-2000, têm apresentado atributos que as colocam em destaque frente à nova organização sócio-econômica do país e, justamente por este motivo, estas merecem ser estudadas.

Mas qual seria o segredo atrativo das cidades médias? A qualidade de vida? A oferta de empregos? Por que migrantes estariam se dirigindo com mais intensidade para essas cidades em detrimento dos grandes centros? Entre os muitos fatores que podem ser considerados como dinamizadores ao desempenho demográfico das cidades médias destacam-se as recentes mudanças nos padrões locacionais da indústria, a periferação das metrópoles, determinadas ações governamentais, a expansão da fronteira agrícola, além do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação.

Neste sentido, compreender o tema cidades médias e como as migrações se inserem nas dinâmicas e mecanismos por elas desenvolvidos podem contribuir para a compreensão do quadro urbano apresentado pelo Brasil nas últimas décadas.

### **Algumas considerações teóricas sobre migrações**

As dificuldades atribuídas aos estudos sobre migrações manifestaram-se no instante da definição do fenômeno, de sua mensuração ou de sua interpretação, já que a realização de tais estudos depende de uma série de restrições inerentes, como a disponibilidade de dados e de como obtê-los, bem como das metodologias de análise disponíveis. As divergências se justificam quando se pensa que as migrações estão inseridas em processos sociais heterogêneos. Neste sentido, os desafios encontrados, tanto na definição do conceito, quanto nos processos que a questão migratória envolve, têm gerado alguns impasses quanto à criação de uma teoria das migrações.

Difícil é, neste sentido, enumerar todas as séries de estímulos susceptíveis que originam as migrações; entretanto, os econômicos, os políticos e os religiosos nos parecem ser mais visíveis. Estudá-los, por assim dizer, é importante porque são fatores que definem a inserção de milhares de pessoas em determinadas localidades, que chegam muitas vezes a alterar a dinâmica tanto da área receptora como a da área de origem.

A variabilidade de movimentos migratórios observados nos dias atuais não se constitui em uma novidade sem precedentes, uma vez que, ao longo dos anos, várias têm sido as tentativas de traçar certas regularidades que fundamentariam formulações teóricas a respeito dos movimentos migratórios. Só para se ter um exemplo, no Brasil, devido a forte influência de Ravenstein<sup>1</sup>, na década de 1980 os estudos sobre migrações se caracterizavam por análises das dualidades origem-causa e destino-efeito, desprezando assim as etapas migratórias, uma vez que este tipo de análise destacava os movimentos de caráter definitivo.

Segundo Salim (1992, p. 120), “as diversas filiações teóricas e metodológicas dos estudos já existentes, dependendo de sua abordagem, privilegiam indivíduo ou

---

<sup>1</sup> E. G. Ravenstein é tido como um dos primeiros estudiosos que sistematizaram estudos clássicos a respeito de migração.



classes sociais, o micro ou a macro etc.”. No entanto, de acordo com o referido autor, apesar dessas colocações, a migração, por ser componente demográfico relacionado às condições históricas de mudanças social, econômica, estrutural, etc., constitui importante mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade.

Para Carvalho (2003), a migração não se esgota na configuração do “excedente populacional”, pois, sob um conceito amplo e talvez mal explorado, mesclam-se processos complexos e diversificados, que emergem na resultante redistribuição da população no espaço. Ou seja, são mudanças de residência relacionadas a momentos do ciclo vital de sobrevivência e reprodução, até movimentos que significam etapas de atração na escala social. Diversos e complexos são os fatores subjacentes aos deslocamentos populacionais de uma área a outra.

Os estudos de Ravenstein, em 1885, já explicitavam o que para ele se constituíam em “leis de migração”, dando início a uma longa trajetória de análises acerca dos movimentos populacionais, em que se marcava a associação entre as atividades econômicas e deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos, e a regularidade de tais movimentos (baseada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus).

Todos os campos de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração compõem a chamada política migratória, que não se restringe à intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração. Vainer (1996, p. 13) afirma que “a política migratória pode ser definida como a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado”, ou seja, é a política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

Nos estudos a respeito das migrações, três grandes troncos teóricos<sup>2</sup> aparecem, nos quais grande parte da produção teorizada a respeito das migrações se enquadra. Com relação à produção empírica, esta também pode se situar nesses troncos, já que por vezes faz uso de concepções a respeito das migrações<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Salim (1992, p. 122), que caracteriza os substratos comuns de múltiplas subdivisões e significações, o que permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco.

<sup>3</sup> Uma melhor compreensão acerca dos estudos a respeito das migrações pode ser observada nas seguintes propostas, com seus respectivos autores: modelos neoclássicos contemporâneos e mobilidade da força de trabalho (GAUDEMAR, 1976); análises empiristas e escola histórico-estrutural (GONZÁLES,

No tronco teórico, com concepção neoclássica do espaço e das migrações, a migração não tem uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, ou seja, há uma preocupação com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra. A evolução histórica do capitalismo permitiu que, principalmente as teorias neoclássicas, admitissem as relações entre mercado e trabalho e bens salários como fatores de deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. Dentro desta abordagem, a industrialização seria “um dos fatores explicativos para a migração para as cidades, a espacialização do desenvolvimento e o diferencial de renda das migrações inter-regionais” (MENEZES, 2001, p. 3).

A visão neoclássica privilegia a livre decisão do indivíduo; nela há uma mobilidade perfeita do trabalho, que só se apresenta, segundo Salim (1992), como determinação às variações em torno do comportamento do que se convencionou chamar de “capital humano”<sup>4</sup>. A visão neoclássica é entendida por Ferreira (1986) como visão “comportamentalista”, uma vez que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrarem, atendem aos apelos do mercado capitalista<sup>5</sup>.

No tronco chamado histórico-estrutural ao contrário da primeira, leva em consideração tanto os contextos históricos como os geográficos, ou seja, a migração não é vista aqui como ato de soberania por parte dos indivíduos, e sim como um fenômeno. Balam *apud* Salim (1992) relaciona o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são determinados e que se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política, que contextualizam sua dinâmica.

Um terceiro tronco teórico, o da mobilidade da força de trabalho, baseia seu estudo especialmente na teoria marxista do trabalho<sup>6</sup>. A análise leva em consideração a

---

1979); análises sociológicas derivadas do enfoque histórico-estruturalista e da modernização (OLIVEIRA & STERN, 1980); as perspectivas demográficas, econômicas, sociológicas, incluindo a teoria da modernização e a histórico-estrutural (RACZYNSKI, 1983); estudos quantitativos, micro e macro sociológicos (ARAMBURU, 1983).

<sup>4</sup> Estas afirmações podem ser mais bem compreendidas com as leituras de Kuznets (1968), Yap (1978), que falam da questão macroeconômica, bem como por Sjaastad (1962), Schults (1962), Salim, (1992), que falam da questão levando em conta a estrutura microeconômica. Estes autores pertenciam à chamada Escola de Chicago.

<sup>5</sup> Ferreira (1986) trabalha com as correntes psicologizantes face à concepção comportamental-racionalista e as correntes estruturais, com os enfoques modernização e histórico-estrutural.

<sup>6</sup> Seu principal expoente, Gaudemar (1979), salienta que este enfoque pretende ser muito mais uma crítica às teorias da migração do que a tentativa de propor um novo enfoque.



relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação, ou seja, enquanto os dois primeiros troncos analisam as conseqüências ou os reflexos das correntes migratórias, neste a migração passa a atuar como um grande agente de transformação. A dimensão espacial, que era traduzida como conjunto de relações sociais, dá lugar a uma análise das formas concretas de mobilidade da força de trabalho.

A liberdade individual para escolher migrar, tão difundida na visão neoclássica, neste enfoque não existe, pois o deslocamento como estratégia de sobrevivência seria o fator impulsionador para a migração. Outro ponto é que, enquanto na visão histórico estrutural os problemas estruturais seriam os causadores dos deslocamentos, neste tronco teórico o enfoque é dado ao processo de acumulação capitalista.

A análise do que vem a ser a migração e como ela se processou (e ainda se processa no interior das sociedades) deve conter uma série de interfaces que lhe possam dar suporte. As diferentes abordagens estão presentes nas análises atuais, mas elas possuem limitações que devem ser levadas em consideração, no momento da escolha, para abordar uma dada realidade.

Grande parte das teorias expostas tem em comum o fato de afirmarem que estes fluxos se originam nos desequilíbrios espaciais de natureza econômica; contudo, é justamente fora desta natureza que as contradições existem, como necessidades, os desejos, os sofrimentos e esperanças pessoais. Sorre (1955, p. 32) afirma que “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

### **Migrações e dinâmica urbana**

No caso da migração, esta tem sido integrada aos discursos teóricos como uma componente demográfica chave para a análise e descrição da dinâmica econômica espacial das sociedades onde se inserem, com o discurso de que “o deslocamento espacial seria de certa forma a expansão do capital e do trabalho excedente” (MENEZES, 2001, p. 3). As mudanças estruturais brasileiras vêm esboçando as características dos movimentos migratórios do Brasil. Segundo Martine (1994b, p. 56),

o atual cenário econômico, fortemente dominado pelas forças da liberalização, pode imprimir uma nova dinâmica à relação entre



concentração de atividades econômicas, população e eficácia relativa dos esforços produtivos... Este fato torna a reflexão em torno de perspectivas migratórias futuras um exercício bastante especulativo. Dado que a redistribuição espacial é filha da reordenação das atividades econômicas sobre o espaço, precisamos tentar entender como esse novo modelo globalizado afetará a redistribuição espacial da economia e da população.

A forte influência da redistribuição da população brasileira permitiu que várias áreas competitivas surgissem no país, como as áreas de presenças de cidades médias como Uberlândia. No que concerne às atividades sociais, estas são cada vez mais complexas, já que o sentido econômico predominante faz do espaço cada vez mais objeto, produto e mercadoria, relevando o sentido do espaço como prática social.

Nessa rede urbana encontram-se muitos migrantes, que durante muito tempo foram considerados quase que única e exclusivamente como exército de reserva; contudo, as mudanças substanciais na estrutura interna do país (precarização do trabalho, desemprego, falta de leis específicas para novos postos de trabalho-que surgem em função das transformações da tecnologia, entre outros fatores) têm contribuído para que estes sujeitos fossem se tornando, sim, um exército de excluídos, presentes na configuração espacial do sistema urbano brasileiro.

A mudança significativa no padrão migratório brasileiro se apoiou em duas hipóteses, segundo Matos (1998, p. 51),

a primeira hipótese seria a de que as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes, etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano. A segunda hipótese está baseada no fato de que, ao se focalizar a área emissora, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrante.

Desta maneira, os fluxos migratórios internos à rede urbana brasileira podem ser compreendidos segundo a perspectiva de análise na qual as localidades são os sujeitos



conectados por laços gerados pela migração, formando uma rede social que contém vários níveis de relações estabelecidas pelos imigrantes (SOARES, 2002).

A história de ocupação do território brasileiro deu-se por meio de fases diferenciadas. A primeira fase foi caracterizada pela ocupação do conjunto de áreas cobrindo o oeste de São Paulo, o norte e oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o Sudeste do então estado de Mato Grosso, a partir da década de 1930 até meados dos anos 1960. Nesta fase se observa um aumento do número de migrantes em virtude do influxo de pessoas de origem e destino rural (BAENINGER, 2005).

A segunda fase ocorreu na região central do país, abrangendo os estados de Mato Grosso, Maranhão e Goiás, que conheceu a aceleração nas taxas de crescimento demográfico em função das levas de migração proporcionadas pelos esforços governamentais, que visavam desenvolver a área, e também pela subsequente transferência da fronteira agrícola para essa região do país. Martine (1994a) cita os investimentos governamentais neste período, a saber, a construção de uma nova capital em Goiânia, a construção de estradas ligando o Centro-Oeste ao Sudeste, a construção de Brasília e das estradas ligando a nova Capital Federal ao Centro-Sul e à Belém, juntamente com as promessas da exploração da região Amazônica (BAENINGER, 2005).

A terceira e última fase é a que se iniciou na vasta região Amazônica, durante a década de 1970, em que a grande diferença das anteriores se caracterizou pela ingerência decisiva do Estado nas iniciativas e nas decisões de como realizá-la. Segundo Martine (1994a), as iniciativas do Estado logo se transformaram numa ação de duplo sentido, ou seja, atrair e/ou satisfazer as investidas do grande capital nas regiões anteriormente destinadas ao pequeno produtor e afunilar o fluxo migratório de pequenos agricultores para Rondônia e adjacências. As fases de ocupação contribuíram, e muito, para a redistribuição populacional brasileira, propiciando e diversificando os pólos de crescimento do país e desconcentrando a população para a redistribuição populacional brasileira, propiciando e diversificando os pólos de crescimento do país e desconcentrando a população.

Entretanto, com o passar do tempo, as fronteiras não conseguiram mais resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, nem foram capazes de aumentar a produção agrícola do país, uma vez que as áreas classificadas como de fronteira em



expansão (região Norte e Mato Grosso) foram as que tomaram maior impulso, passando a áreas consolidadas, no período 1986-1991, e já demonstrando sinais efetivos de perda de dinamismo, no período 1991-1996, segundo (BAENINGER, 2005).

Das “áreas de fronteira consolidada”, como a faixa central de Goiás, o Mato Grosso do Sul e o Maranhão, verificou-se no período de 1981-1991 importantes volumes emigratórios que tinham como destino, especialmente, São Paulo e Mato Grosso e Pará, porém bastante arrefecidos entre 1991-1996.

Nas “áreas tradicionais de emigração” encontravam-se a região Nordeste (excluindo o Maranhão, que naquele momento estava na categoria de áreas de fronteira consolidada) e os estados de Minas Gerais, do Espírito Santo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nos anos de 1980 e 1990, os estados pertencentes a essa categoria revelaram uma nova dinâmica migratória, chegando os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina a apresentar uma reversão em sua condição de “perdedores de população”. Minas Gerais passa a obter ganhos populacionais nas trocas migratórias com estados de outras regiões, nos anos 1990. Já os estados do Nordeste continuaram como áreas de evasão populacional, ainda que em níveis mais anteriormente analisados (BRITO, 2002).

No “núcleo industrial”, o Estado do Rio de Janeiro já havia demonstrado, nos anos 1970, uma desaceleração em sua força de atração migratória, embora se configure como área de absorção dos fluxos migratórios dos estados do Sudeste. No entanto, vem manifestando perdas populacionais. Já o Estado de São Paulo, apesar da redução em seus volumes de imigrantes, ainda continuou sendo o principal pólo de atração populacional no Brasil.

Os movimentos migratórios do final dos anos de 1980 para o início dos anos de 1990 acabaram por apontar mudanças significativas no processo de distribuição espacial da população brasileira, já que, primeiramente, os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; com isso, mantiveram-se como área de absorção de fluxos de longa distância os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste (BRITO, 2002).



No âmbito intra-regional, na década de 1990, nas chamadas áreas tradicionais de emigração, houve a recuperação migratória e também o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória, que as tornou “ganhadoras” de população.

A alteração nos padrões de mobilidade espacial da população e no padrão migratório do país neste período se deu em virtude do surgimento de fenômenos como o da maior migração intra-regional e de curta distância; ou seja, uma redução dos fluxos em direção às fronteiras econômicas e às áreas metropolitanas do Sudeste; uma maior seletividade nos fluxos migratórios, baseada em requisitos de escolaridade, renda, idade etc.; uma maior circularidade dos movimentos migratórios, com migração de retorno e vários estágios migratórios; e do baixo dinamismo dos mercados urbanos de trabalho, com o surgimento de novas formas de marginalidade urbana (BAENINGER, 2005).

Vários autores expressam a migração em termos teóricos, como mobilidade da força de trabalho estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho no país. “O crescimento desigual do capitalismo no interior do país faz com que a população se distribua seguindo a mesma lógica de intensificação dos espaços econômicos, formando os reservatórios de mão-de-obra barata e abundante nas grandes cidades” (IBGE, 1988, p. 291). Osório (1980, p. 145) afirma que

a acumulação de capital molda a mobilidade do trabalho, não apenas a de caráter espacial (migracional) como também a de caráter vertical (social). Na medida em que se expande e cria novas unidades de produção, o capital atua sobre o mercado de trabalho como demandante de mão-de-obra. Porém, na medida em que destrói atividades econômicas preexistentes, o capital cria, ou ao menos expande, a oferta de trabalho para atividades várias de outros espaços. Gera, por conseguinte, um excedente continuado de força de trabalho que tende a migrar.

As teses que no passado analisavam o processo migratório, não permitiam observar com mais precisão as causas e seus determinantes, numa perspectiva dinâmica, isto é, que não só considerassem os efeitos de inércia que acompanham o processo migratório, mas que pudessem mostrar o possível surgimento de novos padrões migratórios.

Passadas as décadas já citadas o que se tem são fenômenos de migração que deixam de ter vínculo estreito, tanto com o mundo do trabalho como com o mundo do consumo, com as oposições entre produção e reprodução, trabalho e lazer, cotidiano e

feira, etc. Hoje, “o desafio que se coloca é não só entender que se vive numa sociedade distinta daquela de duas décadas atrás, mas como introduzir nas análises as mudanças provocadas por esse fenômeno” (OLIVEIRA, 2006, p. 16). Esse desafio, talvez, possa ser explicitado quando se busca a superação nas análises migratórias tanto das determinações intrínsecas à sociedade industrial como da sociedade de consumo que se foi constituindo para uma pequena, mas poderosa, minoria no Brasil, a partir dos anos de 1950 e que ainda é observada nos dias atuais.

### **Migrações na cidade de Uberlândia-MG**

A cidade de Uberlândia foi definida como pólo regional, juntamente com mais 11 cidades mineiras, pela Fundação João Pinheiro, a partir de 1985, e, segundo o Estudo das Regiões de Influência das Cidades - REGIC (2007), é considerada Capital Regional B<sup>7</sup>, uma vez que tem, sob sua área de influência, mais de 32 municípios, dos quais cerca de 20 se relacionam com a cidade em grau de intensidade bastante significativo, ou seja, o poder de polarização da cidade se relaciona ao papel que ela ocupa na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Uberlândia, com a expansão das funções urbanas centrais e o aparecimento das especializações produtivas e das novas funcionalidades, passou por uma refuncionalização urbana, resultando na alteração da natureza, da intensidade e dos padrões espaciais de interações, tornando-se capaz de regular e controlar a circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações em um raio de aproximadamente 200 quilômetros, indicando, assim [...] “a presença de importantes solidariedades horizontais estruturadas em torno da referida cidade, isto é, a manutenção de relações contíguas no seu espaço de polarização” (BESSA, 2005, p. 188). A figura 1 dá uma ideia da área de abrangência da cidade.

O poder de polarização de cada cidade está diretamente relacionado com a posição que cada uma ocupa na hierarquia urbana do Triângulo Mineiro, segundo Bessa (2001) e Soares *et al* (2004).

---

<sup>7</sup> Integram esse nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Essa classificação decorre da análise da função de gestão do território da cidade com relação a áreas de concentração de população (REGIC, 2007, p. 11).

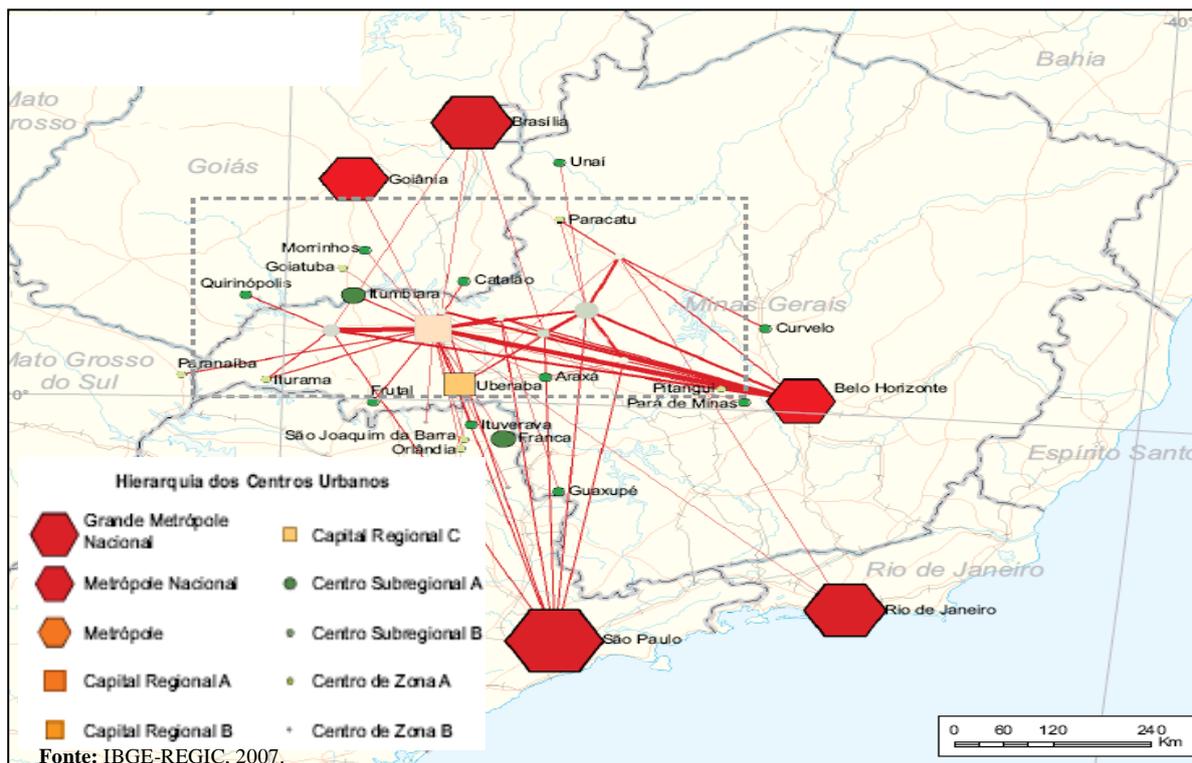


Figura 1: Uberlândia: conexões externas, 2007.

Em decorrência desse nível de polaridade, que envolve disponibilidade de oferta de serviços como os de saúde (hospitais com especialidades); postos de atendimento da seguridade social (INSS, postos de recolocação trabalhista); ensino (presença de instituições de ensino superior público e privada); serviços bancários específicos (sede regional da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). Entre outros fatores, Uberlândia acaba sendo destino de um número significativo de pessoas que a buscam com o intuito de complementar serviços e atividades que não possuem em suas cidades de origem. A cidade se apresenta “como um centro altamente centralizador de uma área de, aproximadamente, trinta municípios, que recorrem à cidade para complementar as atividades de comércio, saúde, educação e serviços especializados que não possuem” (SOARES, 1995, p. 260).

Nas últimas três décadas, a cidade passou a configurar no ranking dos 50 maiores municípios do país, relacionado a um contexto econômico evidenciado desde a década de 1980, destacado tanto pela modernização da agricultura e a implantação de indústrias e agroindústrias altamente modernas e competitivas, como pela expansão





Figura 2: Microrregião de Uberlândia na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2009

Comparando o crescimento populacional da cidade com o da mesorregião e do estado, no período de 1991-2000, as taxas uberlandenses ficaram bem acima das verificadas para Minas Gerais e Triângulo Mineiro. A cidade de Uberlândia cresceu 36,52%, enquanto o Triângulo Mineiro e Minas Gerais cresceram, no mesmo período, 24,42% e 24,47%, respectivamente. Em parte, o crescimento se explica pela migração rumo a Uberlândia ou às outras cidades e áreas do Triângulo Mineiro (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com dados do Banco de Dados Integrados - BDI (2007), a cidade possuía, no ano de 2006, um total populacional de 600.368 habitantes, sendo que, desse total, 585.719 pessoas habitaram a área urbana do município e 14.649 a área rural, atingindo a taxa de urbanização de 97,55%. Já para o ano de 2008, a projeção populacional simplificada da cidade de Uberlândia, segundo o BDI (2008), era de uma população residente de aproximadamente 645 mil habitantes. Desse total, 98% residem na cidade. Ou seja, o município de Uberlândia permanece com expressivo grau de urbanização, com apenas 2% das pessoas residindo na área rural, o que gera acentuada pressão por serviços urbanos: habitação, saneamento básico, energia elétrica e comunicação, educação, saúde, segurança pública, entre outras requisições.



A sua localização geográfica, em uma região que estabelece um elo entre três grandes centros econômicos e políticos do país, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, faz com que cidade seja um ponto para o escoamento da produção industrial no decorrer do crescimento industrial brasileiro, já que se encontra estrategicamente situada, funcionando como elo entre o norte e o sul do país. A cidade possui uma área de 4.115 Km<sup>2</sup> dos quais 213 km<sup>2</sup> correspondem ao perímetro urbano, e localiza-se na porção oeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Uberlândia é uma cidade em que a imigração é fator indissociável de sua configuração histórica e de sua realidade sócio-econômica. Diversificado e heterogêneo, o contingente migratório, contudo, abriga expressiva parcela de pobres, como se verá a seguir. São eles, em boa medida, fruto da modernização e agroindustrialização do entorno regional, que, somadas às políticas nacionais de retração do crescimento e baixa geração de emprego, alimentou uma massa de trabalhadores e pequenos produtores expropriados. Não encontrando lugar nas pequenas cidades, acabaram se deslocando para o espaço urbano de Uberlândia inserindo-se principalmente nas atividades do setor terciário, boa parte deles submetidos a condições de trabalho precárias.

Influenciada pela construção de Brasília, pela modernização e expansão da fronteira agrícola e pela adoção de políticas que visavam um breve crescimento nos mais variados setores, a cidade de Uberlândia vem sendo foco de atração para as pessoas que vivem nas cidades circunvizinhas, bem como para as oriundas de outros estados, fronteiriços ou não. É sabido que grande parte da população da cidade de Uberlândia é constituída de pessoas oriundas de vários lugares do Brasil, com destaque especial para os oriundos dos estados de Goiás e São Paulo, e das regiões Nordeste, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este processo deriva do resultado da urbanização e do crescimento econômico do interior do Brasil, que vêm se processando desde os anos 1970.

Se não é complicado relacionar migração e dinamismo econômico, e vice versa, e se é fato que os migrantes estão na cidade e que para ela se dirigem há décadas, que outras relações estes migrantes presentes no contexto urbano de Uberlândia estabelecem com mesma? Mais do que uma relação de troca entre ambos (migrantes e cidade), entende-se que outros elementos podem ser observados, uma vez que um número



considerável destes migrantes permaneceu na cidade à medida que iam se estabelecendo.

### **Considerações finais**

Diante destes contextos, notória é a desconcentração populacional dos grandes centros em favor de áreas que apresentem características como: altos índices de segurança, saúde educação, ou seja, elevada qualidade de vida, a exemplo das cidades médias. Esta migração aparece unicamente quando se rompe o equilíbrio entre população e subsistência que se mantinha pela necessidade de ficar onde estava o trabalho/emprego e migrações de trabalho. Mas existem migrações, por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam as razões declaradas, que não sejam de trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho? (SAYAD, 2000).

O padrão migratório no contexto brasileiro tem sofrido profundas alterações. O fluxo migratório que tradicionalmente se dirigia para as grandes metrópoles, como já foi apontado, têm buscado as cidades intermediárias. No que tange à inserção dos fluxos migratórios, estes também têm sido muito influenciados pela desconcentração das atividades econômicas no espaço brasileiro, ou seja, a dispersão espacial é registrada pela dinâmica da concentração das atividades econômicas.

Os fatores para que esta mudança significativa no padrão migratório brasileiro esteja ocorrendo são apoiados em duas hipóteses lógicas, segundo Matos (1995). A primeira hipótese seria a de que as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes, etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano.

A segunda hipótese está baseada no fato de que, ao se focalizar a área emissora, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente



receptoras de migrante. pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como conseqüência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrante.

A construção da ideia de pertencimento a uma região ou área de influência de uma cidade (média ou não) é, sem dúvida, um dos níveis de determinação do estabelecimento das relações que definem a sua existência.

Como destino dos fluxos migratórios, observa-se que as cidades médias se constituíram em importantes centros limitadores do crescimento das metrópoles, uma vez que cerca de 3,9 milhões de migrantes foram atraídos por estas cidades. Vale ressaltar, contudo, que este número de migrantes atraído pelas cidades médias ainda ficou abaixo daquele atraído pelas regiões metropolitanas, que girou, em toda a década de 1980, em torno de 4,6 milhões (ANDRADE, SANTOS e COSTA, 1999).

O recente estágio de interiorização da população está atrelado à criação das bases para a constituição do espaço físico e social e à formação de mercados regionais de trabalho. Sabe-se que tais mercados não se apresentam de forma estanque ou isolada, e que existem diversas formas de relação entre eles. As cidades intermediárias ganham destaque, pois, na grande parte das vezes, reúnem condições para receber esses investimentos, aumentando sua oferta de emprego, especialmente aqueles ligados aos setores que exigem uma maior qualificação de mão-de-obra, como é o caso da cidade de Uberlândia.

No contexto das migrações internas, inúmeras são as cidades do país que têm sido o destino de uma quantidade significativa de migrantes. Ao contrário do que se estabelecia nos anos de 1970 a 1980, há um peso considerável de imigrantes que não estão, necessariamente, nas capitais metropolitanas, e que tem se estabelecido nas áreas contínuas das metrópoles. Diante dessas mudanças no padrão migratório, entender a atração de algumas cidades não seria difícil, visto que muitas cidades apresentam condições significativas para atrair migrantes como os altos índices econômicos e sociais, por exemplo. Todavia, esses índices, em especial os sociais, não são tão aparentes assim, visto o número significativo de “não inclusão” apresentado nessas “novas áreas de prosperidade”.



Considerado o fato dos diferenciais de custo de vida entre cidades médias e regiões metropolitanas, há o fato que amplia a situação salarial vantajosa dos imigrantes de origem urbana que se destinaram às cidades médias. Tais resultados indicam possuírem as cidades médias papel estratégico para os rumos da desconcentração urbana. Embora a melhor colocação do imigrante nas cidades médias tende a se difundir como informação (pessoal ou midiática), sustentando movimentos imigratórios futuros para estes centros, as políticas urbanas pró-desconcentração deveriam sustentar, direta ou indiretamente, este papel exercido pelas cidades médias.

Nesta etapa de investigação, não se tem ainda elementos teóricos e empíricos suficientes para explicar os fundamentos que tornam, comparativamente, as cidades médias mais receptivas ao imigrante de origem urbana, e as regiões metropolitanas mais receptivas àqueles imigrantes de origem rural. Um dado a ser investigado é a participação de imigrantes de origem metropolitana, ou de outros grandes centros, no total de imigrantes que se destinaram às cidades médias. Uma possibilidade, que requer investigação, é que parte significativa dos imigrantes urbanos que chegam às cidades médias seja formada por ex-moradores dos grandes centros urbanos nacionais, para os quais a experiência de terem vivido nestes centros contribui para valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias.

O migrante, no meio de todos estes paradigmas, continua sem saber, ao certo, qual é o seu papel frente a esta série de ingerências presentes no mundo atual; se lhe é dito que tem liberdade e pode ir onde quiser, quando seu instinto de sair flui, lhe são fechadas as portas. O indivíduo não pode desta forma exprimir sua liberdade.

Martins (1998) pergunta: migrar realmente é problema para quem? Quais são os silêncios teóricos e as evidências históricas para uma melhor reflexão? O migrante acha que o sair é significado de melhoria em suas condições de vida, mas qual a base para esta reflexão, o que de fato pode significar esta melhoria?

O fato é que um número cada vez mais considerável de indivíduos migra contra sua vontade; são impulsionados a isto, por exemplo, quando da construção de grandes obras, e acabam por terem que se adaptar à força em locais nunca antes pensados por eles. A busca de mais recursos financeiros é consequência do sistema econômico no qual nos inserimos, visto que o capital e sua dita mobilidade não tem permitido que em muitos casos o indivíduo permaneça em seu local de origem e ali consiga as condições

necessárias para sua sobrevivência. Não encontrando mais as condições para se reproduzir muitos casos o indivíduo permaneça em seu local de origem e ali consiga as condições necessárias para sua sobrevivência. Não encontrando mais as condições para se reproduzir, enquanto ser social no local onde vive, ele migra.

É importante, porém, salientar que os fluxos migratórios nas cidades médias apresentam de forma diferente de acordo com as regiões onde se inserem e também apresentam características diferenciadas, de acordo com a proximidade ou não de uma metrópole, apresentando saldos migratórios distintos. Além disto, no contexto das cidades médias, estudar a inserção dos fluxos migratórios se apresenta de forma inevitável, uma vez que tais fluxos acabam por ter conteúdos significativos na participação populacional de tais cidades.

Portanto, são muitos os questionamentos e redimensionamentos que precisam ser observados no estudo das migrações, para que melhores conclusões possam ser tiradas a partir deste fenômeno que toma forças a cada momento histórico.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Thompson A.; COSTA Laís S.; SANTOS, Ângela M. S. P. **Federalismo no Brasil**: análise da descentralização financeira da perspectiva das cidades médias. Rio de Janeiro: Nemesys (MCT/Finep-CNPQ/Pronex), 2001. 37 p.

BAENINGER, Rosana. Tendências das migrações internas no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 37, n. 219, p. 34-39, set, 2005.

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2007**: volume 1. Uberlândia. 2007. [s.n.t.].

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA (BDI). **BDI 2008**: volume 3. Uberlândia. 2008. [s.n.t.].

BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em



Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001. 261f.

BESSA, Kelly. Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o local na era das redes. *In*: SANTOS, Rosselvelt José; RAMIRES, Julio César de Lima (org.). **Campo e Cidade no Triângulo Mineiro**. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 59-91.

BESSA, Kelly. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, ano 6, v. 16, p. 268-288. Out. 2005. Disponível em: <<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br>>. Acesso em: 02 ago. 2008.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição de um novo padrão migratório? *In*: CARDEAL Adelita (org.), **Transições migratórias**, IPLANCE, 2002.

CARVALHO, José A. M. de; GARCIA, R. A. **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração no Brasil**. CEDEPLAR, 2003.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 98-124, jan./abr., 1986.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970-2000.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de Influência das cidades**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **PIB 1999 a 2008**. [s.n.t.].

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial, 1979. 405 p.



MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. *In: Textos para discussão do IPEA*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 329. 46 p, 1994a.

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista brasileira de estudos de população**, Campinas: ABEP, v. 11, n. 1, p. 41-60, jan./jun., 1994b.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. *In: O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, p. 19-34, 1998.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, jan./dez. 1998.

MENEZES, Maria Lúcia P. A crise do bem estar e a caracterização dos processos territoriais da migração no Brasil. **Scripta Nova**, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 94, p. 1-17, ago. 2001.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. *In: Scripta Nova*, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: n. 69 (45), p. 1-17, ago., 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. **Terra Livre**, v. 26, p. 13-43, 2006.

OLIVEIRA, Hélio C. Miranda. **Em busca de uma proposição metodológica para os estudos das cidades médias**: reflexões a partir de Uberlândia (MG). 2008, 280 f. Mestrado (Dissertação). UFU, Uberlândia.



OSORIO, Carlos. Migrações recentes e desigualdades. *In: MOURA, A. M. (org.). Migração interna. **Textos selecionados***, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 139-60.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. *In: **Migrações internas no Brasil***. Fortaleza: BNB/UFC, 1980.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 8, 1992, São Paulo. Anais do VII Encontro nacional de estudos populacionais. Campinas: ABEP, v. 3, p.119-143, 1992.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia da “Cidade Jardim ao Portal do Cerrado”**: imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 366 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, Beatriz Ribeiro; BESSA, K.; OLIVEIRA, Bianca; ENGEL, Amália Souza. Dinâmica urbana na bacia do Rio Araguari (MG) – 1970-2000. *In: LIMA, Samuel do Carmo; SANTOS, Rosselvelt José (Org.). **Gestão ambiental na bacia do rio Araguari**: rumo ao desenvolvimento sustentável*, Uberlândia: UFU/IG, Brasília: CNPq, 2004, p. 125-161.

SOARES, Weber. **Da metáfora a substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. Tese (Doutorado). CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

SORRE, Max. **Les migrations des peuples**: essai sur la mobilité géographique. Flammarion: Éditeur, 1955.



VAINER, Carlos Bernardo. A violência como fator migratório, silêncios teóricos e evidências empíricas. **Travessia**, revista do migrante, São Paulo, n. 9. p. 5-9, mai./ago., 1996.

Recebido para publicação em março de 2010

Aprovado para publicação em agosto de 2010